



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES Nº TRF2-ETP-2023/00109

01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Identificação do problema (demanda):

1.1.1. A realização dos Exames Periódicos de Saúde de servidores e magistrados é obrigatória e tem previsão no Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009, que regulamenta o art. 206-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, além de compor alguns dos indicadores anuais de saúde estipulados pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução 207, de outubro de 2015, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

1.1.2. Porém, para a realização dos Exames Periódicos de Saúde, são necessários exames complementares específicos, laboratoriais e de imagem, que devem ser **custeados integralmente pelo Órgão**, conforme determina o art.10 do referido Decreto nº 6.856/2009, assim como, o art. 7º-A, parágrafo 5º, da citada Resolução 207/2015, inserido pela Resolução 338/2020 do CNJ.

1.2. Justificativa da necessidade da contratação

1.2.1. De caráter preventivo, a realização dos Exames Periódicos de Saúde é necessária para o acompanhamento da saúde de servidores e magistrados, assim como para o levantamento de dados epidemiológicos de saúde, de modo a possibilitar o melhor direcionamento na elaboração e na manutenção de programas e ações específicos para as reais necessidades desta população.

1.2.2. Para a realização dos exames periódicos de saúde, os médicos do quadro de pessoal deste Tribunal solicitam **exames laboratoriais e de imagem** (conforme o caso), o que, por sua vez, gera a necessidade de uma contratação que viabilize a realização de tais exames.

1.2.3. Destaca-se que os Exames Periódicos de Saúde integram alguns dos indicadores anuais estipulados pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução 207, de outubro de 2015, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

1.2.3.1. Estes indicadores são compostos por: quantitativo total de exames periódicos realizados por faixa etária (até 45 anos e acima de 45 anos) e quais patologias identificadas (registradas pelas respectivas CIDs – Classificação Internacional de Doenças), conforme o público-alvo (servidores ou magistrados), lotação (área fim ou área meio) e gênero.

1.2.4. A contratação também atende à Resolução 704/2021 do Conselho da Justiça Federal, que elenca o rol de exames necessários para agentes da polícia judicial em seu Programa de Reciclagem Anual, de caráter obrigatório, possibilitando o atendimento conjunto a ambas as resoluções (704/2021 do CJF e 207/2015 do CNJ).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.2.5. Assim como os agentes da polícia judicial possuem um rol de exames específicos relacionados com as atribuições do cargo, do mesmo modo, os profissionais cujas atividades laborativas fazem jus ao recebimento de adicional de insalubridade também devem ser acompanhados pela área de saúde e realizar anualmente exames complementares específicos, em função dos riscos físicos, químicos ou biológicos a que estão expostos, conforme disposto no art. 7º e 8º do Decreto nº 6.856/2009.

1.2.6. Por fim, cabe ressaltar que a contratação se fundamenta, também, no art. 206 da Lei no. 8.112/90, com redação incluída pelas Leis nº 11.907/2009 e nº 12.998/2014, e no já citado Decreto nº 6.856/2009, que estabelece o caráter anual ou bianual da realização destes exames, em função da faixa etária e da exposição a riscos.

02. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

2.1. A contratação está **prevista no Plano Anual de Contratações (PAC)** desta Corte, identificada pelo ID 44 da programação orçamentária.

2.2. Macrodesafio: (PLJUS 21/26-APGP) Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

2.3. Objetivo estratégico: (PLJUS 21/26-APGP) Promoção de iniciativas de engajamento e motivação das pessoas.

03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Objeto:

3.1.1. Contratação de laboratório de análises clínicas ou empresa especializada para realização, por Ata de Registro de Preços, de exames complementares laboratoriais e de imagem, relativos aos Exames Periódicos de Saúde, para magistrados e servidores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

3.2. Natureza do bem/serviço

3.1.1. Trata-se de serviço comum.

3.3. Requisitos mínimos de serviço

3.3.1. A contratada deverá realizar os seguintes exames complementares, conforme os quantitativos máximos descritos no item 4 – Estimativas das Quantidades para Contratação, para cada grupo listado abaixo:

3.3.1.1. Para todo o público-alvo e independente da faixa etária: hemograma completo, glicose, creatinina, colesterol total, HDL, LDL triglicerídeos e EAS.

3.3.1.2. Para os maiores de 46 anos: ECG e pesquisa de sangue oculto nas fezes.

3.3.1.3. Para os agentes da polícia judicial: teste ergométrico em esteira, ecocardiograma bidimensional com doppler, gama GT, TGO, TGP, fosfatase alcalina, bilirrubina total e frações, exame otológico (anamnese ocupacional,

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

audiometria e laudo otológico), exame oftalmológico (tonometria, refração, fundoscopia, acuidade visual, laudo oftalmológico) e exame clínico ortopédico, conforme a solicitação do médico do órgão.

3.3.1.4. Para os profissionais que atuam na área de saúde: pesquisa de antígenos virais para hepatite B e C (anticorpo anti-Hbs, anticorpo anti-Hbc, anticorpo anti-HCV) e sorologia para HIV.

3.3.1.5. Para os profissionais que atuam das áreas de marcenaria, mecânica e gráfica: Raio-X de tórax PA e perfil, espirometria, pesquisa na urina de ácido metilhipúrico e 2,5 hexanodiona e exame otológico (anamnese ocupacional, audiometria e laudo otológico).

3.3.1.6. Para os profissionais que utilizam regularmente headset: exame otológico (anamnese ocupacional, audiometria e laudo otológico).

3.3.2. Não serão aceitos atendimentos ou exames realizados por telemedicina.

3.3.3. Os exames serão realizados em unidades de rede de atendimento necessariamente já estabelecida na data do pregão e devidamente apresentada na Proposta Comercial, conforme os seguintes critérios:

3.3.3.1. É facultado à empresa disponibilizar coleta de exames laboratoriais de sangue, urina e fezes, descritos abaixo, na residência do beneficiário, desde que o endereço seja no Rio de Janeiro/capital ou Niterói.

3.3.3.1.1. Exames laboratoriais a que o subitem 3.3.3.1 se refere: hemograma completo, glicose, creatinina, colesterol total, HDL, LDL triglicerídeos, gama GT, TGO, TGP, fosfatase alcalina, bilirrubina total e frações, pesquisa de antígenos virais para hepatite B e C (anticorpo anti-Hbs, anticorpo anti-Hbc, anticorpo anti-HCV), sorologia para HIV, pesquisa na urina de ácido metilhipúrico e 2,5 hexanodiona, EAS e pesquisa de sangue oculto nas fezes.

3.3.3.1.2. Caso a empresa ofereça a coleta na residência, deverá incluir esta informação e apresentar, na Proposta Comercial, a seguinte rede de atendimento para os exames destacados acima: ao menos uma unidade de atendimento no Centro do Rio de Janeiro e uma unidade em Niterói, desde que estas unidades contemplem, cada uma, todos os exames listados.

3.3.3.1.3. Caso a empresa não ofereça a coleta na residência, deverá demonstrar na Proposta Comercial a seguinte rede de atendimento para os exames destacados acima: ao menos uma unidade de atendimento no Centro do Rio de Janeiro, uma unidade na Zona Sul, uma unidade na Zona Norte, uma unidade na Barra da Tijuca e uma unidade em Niterói, desde que estas unidades contemplem, cada uma, todos os exames listados.

3.3.3.1.4. Por ser facultativa, a disponibilização de coleta na residência não constitui critério classificatório ou desclassificatório nesta licitação, mas será determinante da maior ou menor exigência quanto à amplitude da rede de unidades de atendimento, conforme detalhado nos subitens 3.3.3.1.2 e 3.3.3.1.3 acima.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.3.3.2. Com relação aos demais exames, elencados abaixo, a empresa deverá demonstrar na Proposta Comercial a seguinte rede de atendimento:

3.3.3.2.1. Exames a que o subitem 3.3.3.2 se refere: Raio-X de tórax PA e perfil, espirometria, ECG, teste ergométrico em esteira, ecocardiograma bidimensional com doppler, exame otológico (anamnese ocupacional, audiometria e laudo otológico), exame oftalmológico (tonometria, refração, fundoscopia, acuidade visual, laudo oftalmológico) e exame clínico ortopédico.

3.3.3.2.2. A empresa deverá indicar, na Proposta Comercial, ao menos uma unidade apta a realizar cada exame listado acima, localizada necessariamente no Centro do Rio de Janeiro.

3.3.3.2.3. Não é obrigatório que uma única unidade realize todos os exames listados, ou seja, pode haver mais de uma unidade de atendimento, desde que se localizem no Centro do Rio de Janeiro e que cada exame elencado esteja contemplado em, ao menos, um endereço.

3.3.4. Todo o material necessário para a realização dos exames deverá estar incluído na cotação apresentada e, aqueles utilizados para coleta de material, deverão ser descartáveis, de acordo com as normas sanitárias.

3.3.5. Como beneficiários, serão atendidos magistrados e servidores ativos, nestes incluídos os ocupantes de cargo comissionados e servidores requisitados, lotados no TRF2, ficando excluídos os cedidos, removidos e em exercício provisório em outros Órgãos.

3.3.6. Para que os beneficiários utilizem o serviço contratado, deverá ser observada a seguinte rotina:

3.3.6.1. O contratante fornecerá à contratada a listagem nominal de beneficiários elegíveis e a listagem de seus respectivos exames, conforme o planejamento de execução contratual, estabelecido pelo contratante.

3.3.6.2. A contratada deverá emitir, em meio digital ou físico, ao seu critério e às suas custas, Guias de Encaminhamento em nome de cada beneficiário, que serão enviadas à contratante e serão posteriormente assinadas por médico do quadro de pessoal do TRF2.

3.3.6.3. O contratante, de posse das Guias de Encaminhamento, convocará os respectivos servidores e lhes fornecerá suas Guias, para que possam realizar o agendamento de seus exames, diretamente com a contratada.

3.3.6.4. Após o agendamento, o beneficiário deverá apresentar na unidade de atendimento sua(s) Guia(s) de Encaminhamento no momento do exame, como requisito para usufruir da contratação, de modo a garantir à contratada que estes exames foram autorizados a aquele beneficiário.

3.3.6.5. A contratada, no momento do exame, deverá coletar a assinatura do beneficiário na(s) Guia(s) de Encaminhamento, de modo a comprovar que os exames daquele beneficiário foram efetivamente realizados (outro tipo de

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

comprovante também poderá ser aceito, desde que combinado previamente e sendo de comum acordo entre contratada e contratante).

3.3.6.6. Caso seja necessário repetir algum exame, a contratada deverá fazer contato diretamente com o beneficiário para o novo agendamento, se for o caso, e para prestar os devidos esclarecimentos.

3.3.6.6.1. Em caso de repetição de exame, este não poderá ser cobrado em duplicidade, sendo devido à contratada apenas a realização de um exame.

3.3.6.7. Uma vez realizados os exames, a contratada deverá disponibilizar aos beneficiários os resultados, assinados e carimbados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após sua realização, sendo facultada a disponibilização de acesso aos resultados por meio digital, de forma complementar.

3.4. Requisitos de sustentabilidade

3.4.1. Conforme preconizado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (<https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf>), com relação a todos os entes públicos ou privados que prestam serviços relacionados à saúde humana, a empresa deve realizar a devida coleta e destinação aos resíduos de saúde gerados na prestação do serviço contratado, de acordo com a RDC 222, de 28/03/2018, da ANVISA e Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005.

04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

4.1. O quantitativo máximo, estimado em 500 Exames Periódicos de Saúde para composição da Ata de Registro de Preços, tal qual descritos no subitem 4.2, obedece aos seguintes critérios e estão detalhados no anexo TRF2-CAP-2023/09814.

4.1.1. Com relação aos exames elencados no subitem 3.3.1.1 para toda a força de trabalho, assim como aos específicos para maiores de 46 anos, descritos no subitem 3.3.1.2, foi considerado aproximadamente 50% do total de servidores e magistrados, uma vez que se estima que a adesão não ultrapasse este quantitativo, pelos motivos abaixo.

4.1.1.1. Por conta de licitações frustradas nos últimos anos e, por consequência, do longo tempo decorrido desde o último ano em que foi oferecido a todos os servidores um Programa de Exames Periódicos de Saúde (2012), estima-se que a adesão não ultrapassará o quantitativo proposto de 50%, uma vez que será necessário desenvolver uma campanha de sensibilização e incentivo à adesão, que tende a ser construída ao longo dos anos.

4.1.1.2. Como referência, temos os seguintes dados acerca da adesão nos últimos três anos em que foi oferecido um Programa de Exames Periódicos de Saúde:

- 2010, para todas as idades, 53% de adesão;
- 2011, apenas para os maiores de 45 anos, 40% de adesão;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

- 2012, para todas as idades, 57% de adesão.

4.1.1.3. Portanto, o percentual de 50% para a retomada do Programa pode ser considerado uma estimativa superestimada para a composição dos quantitativos máximos de cada exame previsto na Ata de Registro de Preços, porém: (a) se não for alcançada, não trará ônus, uma vez que os exames serão realizados conforme demanda e disponibilidade orçamentária, e (b) caso a adesão atinja níveis semelhantes aos dos anos anteriores citados acima, a Ata estará preparada para isso.

4.1.2. Com relação aos exames elencados nos subitens 3.3.1.3 a 3.3.1.6 referentes às categorias especiais, o quantitativo proposto considera 100% do público-alvo, a saber: agentes da polícia judicial, servidores que atuam na área de saúde, os que usam headset e os que trabalham com marcenaria, mecânica ou gráfica.

4.1.2.1. Este quantitativo se justifica: (a) pela necessidade dos agentes da polícia judicial se submeterem aos exames, para atestar sua condição de saúde para participar dos cursos do Programa de Reciclagem Anual estabelecido pela Resolução 704/2021 do Conselho da Justiça Federal e (b) pela necessidade de acompanhar a saúde ocupacional dos servidores expostos a riscos ocupacionais, conforme art. 7º e 8º do Decreto nº 6.856 /2009.

4.2. Quantitativo discriminado por faixa etária e por categorias especiais:

Beneficiários do TRF2					
< 46 anos (50%)	# 46 anos (50%)	Deste total, são Agentes da Polícia Judicial: (100%)	Deste total, são profissi onais que atuam na área de saúde: (100%)	Deste total, são profissi onais da área mecânica, marcenaria e gráfica: (100%)	Deste total, são profissi onais que fazem uso de headset: (100%)
170	330	74	22	8	25
Total de Exames Periódicos de Saúde = 500					

05. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1. Estudo do histórico de tentativas de contratação no TRF2:

5.1.1. Nos últimos anos houve várias tentativas de se estabelecer uma contratação para toda a 2ª Região, mas dados os sucessivos fracassos (conforme histórico

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

abaixo), foi acordado pelas áreas de saúde do TRF e SJs que, desta vez, cada Órgão fará seu próprio processo licitatório, na intenção de alcançar melhores resultados.

5.1.2. Histórico de licitações (até então, todas regionais):

5.1.2.1. Em 2018: TRF2-EOF-2018/00031, com duas licitações frustradas, a saber, (a) em julho/2018, Pregão 36/2018, a empresa vencedora estava impedida, a segunda empresa foi desclassificada; (b) em novembro/2018, Pregão 162/2018, o parecer técnico da única empresa classificada foi desfavorável.

5.1.2.2. Em 2019: com o mesmo processo, TRF2-EOF-2018/00031, outra licitação frustrada, a saber, em abril/2019, Pregão 06/2019, revogado.

5.1.2.3. Ainda em 2019, a partir de novos estudos, a logística proposta para a contratação foi reestruturada, objetivando melhores resultados em licitações futuras, com elaboração de novo Termo de Referência, agora estruturado por lotes, organizados conforme regiões do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

5.1.2.4. Em 2020: TRF2-EOF-2020/00080, com duas licitações frustradas, a saber, (a) em setembro/2020, Pregão 44/2020, a empresa apresentou proposta incompleta e declinou de fornecer as informações ausentes; (b) em outubro/2020, Pregão 155/2020, outra empresa igualmente apresentou proposta incompleta, além de não atender ao Edital em vários aspectos, causando sua desclassificação.

5.1.2.5. Em 2021: estudos, elaboração, ajustes e tramitação da TRF2-SEC-2021/00063 e do TRF2-EOF-2021/00229 (neste ano não houve licitação).

5.1.2.6. Em 2022: com o mesmo processo, TRF2-EOF-2021/00229, duas licitação frustrada, a saber, (a) em outubro/2022, Pregão 163/2022, com duas empresas desclassificadas por não atenderem ao Edital em diversos aspectos, inclusive quanto à qualificação técnica e (b) em novembro/2022, Pregão 178/2022, também com três empresas desclassificadas pelos mesmos motivos.

5.1.3. Dado este histórico, não apenas foi acordado pelas áreas de saúde da 2ª Região a realização de licitações distintas em cada Órgão, como também buscou-se simplificar as especificações técnicas, uma vez que a complexidade das exigências pode ter contribuído para o insucesso das licitações até então.

5.2. Estudo de contratações em outros Órgãos:

5.2.1. Foi realizada pesquisa de contratações similares em outros órgãos e entidades, tendo sido encontradas licitações semelhantes, a exemplo de: Ministério da Educação (2020), Senado Federal (2019), Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC (2020), Empresa de Pesquisa Energética – EPE, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (2021), Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2019), Escola Nacional de Administração Pública – Enap (2015 e 2018), CBPQ (2013), TCU (2013 e 2011), TRT19 (2017), JF Ceará (2019), FUNAG (2018), Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR (2021), TRE-Paraná (2018).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

5.2.2. Verificou-se que muitos órgãos contratam não apenas os exames complementares laboratoriais e de imagem, mas também, a consulta clínica ocupacional para emissão do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional), realizada por médico do trabalho da empresa contratada. Como possuímos uma médica do trabalho no quadro de pessoal do TRF2, nos basta a contratação dos exames complementares.

5.2.3. Porém, não descartamos a hipótese de que uma contratação que inclua a consulta médica e a emissão de ASO (atestado de saúde ocupacional) tenha maiores chances de sucesso, dado o perfil das empresas que participaram das licitações frustradas que transcorreram até agora, em sua maioria, empresas de medicina e saúde ocupacional, que não possuíam ampla rede de atendimento para a realização dos exames, dentro da abrangência de locais que vinham sendo exigidas nas licitações anteriores.

5.2.4. Ainda assim, entendemos que cabe uma nova tentativa de contratação exclusivamente dos exames complementares, desta vez, só para o TRF2 e com menos exigências quanto à abrangência das unidades de atendimento.

5.2.5. Caso as licitações neste novo formato também não apresentem resultados positivos, entendemos que a contratação dos exames periódicos completos, incluindo a emissão de ASO por médico do trabalho, poderá ser uma alternativa a ser discutida e proposta futuramente.

5.2.6. Neste momento, embora cada Órgão da 2ª Região deflagre seu próprio processo licitatório, as respectivas áreas de saúde permanecerão em contato, compartilhando suas experiências, visando aprimorar suas especificações técnicas.

06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

6.1. O valor total estimado para a Ata é de R\$318.947,00, considerando os valores unitários de cada grupo de exames e os quantitativos máximos apresentados no item 4, conforme anexo TRF2-INC-2023/00876.

6.2. Os valores unitários foram estimados com base na última pesquisa de preços realizada pelo setor competente em 2022 (TRF2-CAP-2022/19649), tendo sido aplicado reajuste de 10% sobre estes valores.

6.3. Ressalta-se que, por se tratar de Ata de Registro de Preços, a presente estimativa considera o valor máximo comportado na Ata, porém, os valores só serão executados paulatinamente, ao longo da vigência da Ata, conforme solicitações de fornecimento e respectivas confirmações de disponibilidade orçamentária pelos setores competentes do TRF2.

07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1. A solução proposta tem por objetivo disponibilizar e custear os exames complementares, laboratoriais e de imagem (conforme o caso), solicitados pela área de saúde para a realização dos Exames Periódicos de Saúde de servidores e magistrados, contemplando um total de 500 exames, ao longo de 12 meses, conforme a logística abaixo:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

7.1.1. Conforme planejamento prévio, de forma a distribuir a execução ao longo da vigência contratual, os beneficiários serão convocados pela área de saúde a buscar os pedidos médicos dos exames, conforme cada caso (faixa etária e cargo ou atividade específica, quando houver).

7.1.2. De posse dos pedidos médicos, os beneficiários agendarão, diretamente com a contratada, a realização dos exames.

7.1.3. De posse dos resultados dos exames, os beneficiários agendarão consulta na DISAU, com a médica do trabalho do quadro de pessoal do TRF2 (ou com um dos demais médicos do quadro, se a demanda for grande), para realização do Exame Periódico de Saúde.

7.2. A listagem de exames está detalhada no subitem 3.3.1.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

8.1. Não é indicado o parcelamento da contratação, uma vez que o estabelecimento desta Ata de Registros de Preços deve contemplar, de forma integral e unificada, todos os exames complementares previstos, durante toda a vigência contratual.

8.2. Cabe lembrar que a divisão desta contratação em lotes foi uma estratégia utilizada nas licitações regionais anteriores, sobretudo, como tentativa de aumentar as chances de viabilizar a contratação, dada a grande abrangência de locais exigidos (diversos municípios do interior do Rio de Janeiro, além do Espírito Santo, sendo muito improvável que uma única empresa pudesse atender a tantas localidades distintas), mas também sem sucesso.

8.3. Neste momento, uma vez que estamos propondo uma nova configuração para a contratação, restrita ao Rio de Janeiro/capital e Niterói (e, também, com especificações técnicas mais simples e com menos exigências quanto à abrangência da rede de atendimento), e considerando o risco de, na divisão por lotes, nem todos serem contemplados, resultando num rol incompleto de exames a oferecer, entendemos que essa divisão seria contraindicada, para não colocar em risco a integralidade do objeto.

09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

9.1. Os resultados esperados com a implementação do Programa de Exames Periódicos de Saúde correspondem a:

9.1.1. Prevenção de doenças;

9.1.2. Maior conhecimento do perfil de saúde de magistrados e servidores;

9.1.3. Levantamento de dados para fundamentar a proposição e/ou a manutenção de programas e ações de saúde;

9.1.4. Contribuir para o controle dos índices de absenteísmo;

9.1.5. Atender à demanda de metas e indicadores de saúde do Conselho Nacional de Justiça, estabelecidos na Resolução 207, de outubro de 2015, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

9.1.6. Atender às exigências da Resolução 704/2021 do Conselho da Justiça Federal, que elenca o rol de exames obrigatórios para agentes da polícia judicial em seu Programa de Reciclagem Anual.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

10.1. Não foram identificadas providências prévias a serem adotadas.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

11.1. Não há contratações correlatas ou contratações interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

12.1. Não foram identificados impactos ambientais.

13. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

13.1. A presente contratação é viável, está prevista no planejamento anual de contratações do TRF da 2ª Região, além de ser necessária para atendimento aos indicadores de saúde propostos pelo CNJ, assim como para as exigências do Programa de Reciclagem Anual dos agentes da polícia judicial.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2023.

TATIANA KOWARSKI LARCHER DO COUTO
Supervisor(a)
SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SUPORTE ADMINISTRATIVO

FELIPE SOEIRO TEIXEIRA
Diretor(a) de Divisão
DIVISÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE